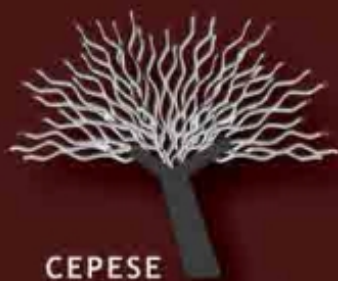


Luís Adão da Fonseca
(Coordenação)



Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII)

Um olhar peninsular sobre
uma região histórica



CEPESE



FRONTEIRA DO CAOS
EDITORES

**ENTRE PORTUGAL E A GALIZA
(SÉCS. XI A XVII)**

**UM OLHAR PENINSULAR
SOBRE UMA REGIÃO HISTÓRICA**

TÍTULO
Entre Portugal e a Galiza (Sécs. XI a XVII)
Um Olhar Peninsular sobre uma Região Histórica

COORDENAÇÃO
Luís Adão da Fonseca

REVISÃO
Luís Adão da Fonseca
Maria Cristina Pimenta
José Augusto de Sottomayor-Pizarro

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS
Cepese e Fronteira do Caos Editores Lda.

CAPA
Jaime Regalado

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
Barbosa e Filhos Lda.

DEPÓSITO LEGAL

ISBN CEPESE
978-989-8434-25-8

ISBN FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.
978-989-8647-19-1

1.ª EDIÇÃO
PORTO – MARÇO 2014

CEPESE
Rua do Campo Alegre, 1021
4169-004 Porto
cepese@cepese.pt
www.cepese.pr

FRONTEIRA DO CAOS EDITORES LDA.
Apartado 52028
4202-801 Porto
fronteiradocaos@netcabo.pt
www.fronteiradocaoseditores.pt
<http://nafronteiradocaos.blogspot.com/>

Luís Adão da Fonseca
(coord.)

**ENTRE PORTUGAL E A GALIZA
(SÉCS. XI A XVII)**

**UM OLHAR PENINSULAR
SOBRE UMA REGIÃO HISTÓRICA**



INTRODUÇÃO

Luís Adão da FONSECA

O que na nação tem importância não é a verdade ou falsidade das suas alegações sobre o passado, mas o desejo e a opção coletivos de acreditar nessas proposições – e as consequências que se seguem. Ora, por acaso não acredito que devamos aceitar esses resultados: é melhor contrariar os mitos nacionais mesmo pagando o preço da desilusão e da perda da fé. Ainda assim, as histórias e os mitos nacionais são o subproduto necessário e inevitável das nações. Temos portanto de ser cuidadosos ao distinguir entre o óbvio – as nações existem – e o construído – as convicções que as nações tendem a ter sobre si próprias¹.

Este livro constitui o principal resultado da equipa portuguesa do projeto de investigação *Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destining the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon*, que, aprovado pela Fundação Europeia da Ciência em 2010, reuniu desde então até finais de 2013 um amplo grupo de investigadores de oito países europeus: Dinamarca, Espanha, Estónia, Holanda, Polónia, Portugal, República Checa e Roménia. Foi estudado e comparado um conjunto de regiões europeias dotadas de reconhecida identidade secular, como a Guelders-Baixo Reno holandesa, a Transilvânia romena, a Silésia-Lusatia Superior na Polónia, os territórios da Coroa da Boémia-Luxemburgo, na República Checa, a Schleswig-Holstein na Dinamarca e a Catalunha em Espanha. Participaram também dois outros países onde a dimensão regional está hoje conformada em termos estatais: no caso da Estónia, relativamente recente, no caso de Portugal, com séculos de história independente.

Em termos globais – e assim foi oficialmente proposto – este projeto visou uma análise comparativa, ao longo de um arco temporal de vários séculos, entre um grupo de regiões europeias, muito diferentes entre si, pelo enquadramento geográfico, político e evolução histórica, privilegiando as dinâmicas de coesão e de rutura. Em algum momento, falou-se de uma “abordagem braudeliana”. Com o avançar do tempo, de forma crescente, foi-se percebendo a importância da consciência nacional.

Ao longo destes três anos e meio de trabalho, o contacto regular com os demais grupos de investigação que participavam neste programa obrigou-nos a uma profunda

¹ JUDT; SNYDER, 2012: 295-296.

reflexão, não só no domínio conceptual (nomeadamente, o que é uma região? e, dentro destas, o que é uma região histórica?), mas também em termos metodológicos. Com efeito, se toda a história é comparação, quais devem ser os patamares a privilegiar?

Se estamos longe do que já se chamou uma “national master narrative”, no sentido de que a historiografia nacional é escrita em termos comparativos como expressão de um fenómeno transnacional², desde cedo se percebeu quão importante seria contemplar os processos de transferência e de bloqueio intelectual³, conscientes que uma abordagem deste tipo teria de ter em conta implicações metodológicas relevantes, como, por exemplo, aquelas que se manifestaram no que já se chamou a *histoire croisée*⁴.

Na verdade, foi importante ter consciência destes aspetos. Que tipo de comparação seria mais adequado ao caso português? Iríamos privilegiar a simples comparação ou enveredar pela consideração das transferências culturais? A decisão a tomar implicaria processos metodologicamente distintos. É sabido que os historiadores comparatistas colocam lado a lado entidades que se consideram homogêneas e, portanto, tendem a sublinhar a dimensão da semelhança, enquanto os historiadores das transferências culturais, pelo contrário, tendem a dar maior atenção à dimensão do híbrido, valorizando, assim, mais o dinamismo dos cruzamentos que os essencialismos⁵. No fundo, todas estas considerações tiveram efeitos na definição da perspectiva temática escolhida.

Portugal tem uma base regional, mas desde o século XII há uma nova realidade que se impõe quando se torna um “reino independente”. Mas há perguntas a fazer. O que significa, no século XII, ser “reino” e ser “independente”? Qual é o sistema de relações entre as diferentes formações políticas que, na Península Ibérica, conduziram à formação e consolidação das monarquias feudais? Por outro lado, a circunstância de Portugal se afirmar como um reino, em vários momentos da sua história, significa que a dimensão “regional” desapareceu? A relação entre as duas dimensões – a “regional” e a “reinícola” – é de natureza sequencial? Ou seja, a “expressão regional” desaparece quando se constitui o “reino” e se afirma a “nação”? Ou coexistem? E, se assim acontece, em que termos uma tal relação tem lugar?

Desde o início, as respostas que foram sendo dadas pelo grupo português deste projeto europeu apontaram em dois sentidos: em primeiro lugar, o quadro cronológico dentro do qual iríamos trabalhar; em segundo lugar, a consciência de que as respostas a dar implicariam um repensar de grandes vetores da história lusitana à

² BERGER, 2006. MIDDEL; ROURA, 2013: 1-35.

³ BERGER; LAMBERT, 2003: 9 ss. Cfr. BERGER, FELDNER; PASSMORE, 2010: 187-205.

⁴ WERNER; ZIMMERMANN, 2006.

⁵ BERGER; LORENZ; MELMAN, 2012: p. 13. BURKE, 2009. Um exemplo de aplicação do conceito de hibridismo aos estudos comparativos regionais em WANG; FILLAFER, 2007: 366-381. Cfr. MIDDEL; ROURA, 2013: 36-53.

procura dos resquícios remanescentes de um processo que, no nosso caso, se desenvolve ao longo de vários séculos.

É sabido em que medida a “nação” e o “nacional” são uma “construção”. E, com a forma com que a conhecemos hoje em dia, remonta a finais do século XVIII e sobretudo ao XIX. Trata-se de um processo em que a literatura e a historiografia tiveram um papel fundamental⁶. Nomeadamente, a história apelidada científica foi determinante. Como escreve Stefan Berger, “as compreensões não-científicas alternativas da história mantiveram-se populares em muitas partes do mundo, incluindo na Europa, mas a história científica conseguiu, em todos os lugares, ser reconhecida como a única forma apropriada da história. No discurso oficial, só história científica foi história com autoridade”⁷.

Mas, por outro lado, a “nação” e o “nacional” vêm de muito atrás. Em última análise, uma vez que se trata de uma noção que corresponde a um processo evolutivo pluri-dimensional⁸, pode-se dizer que remonta à Idade Média⁹. Mais tarde, se a época do Humanismo e da Reforma deu um importante contributo, foi apenas “no período entre 1750 e 1850 que o princípio nacional se sobrepôs aos seus rivais, como a religião, o princípio dinástico e o feudalismo”¹⁰. Será já a partir de meados do século XIX (entre 1850 e 1950) que as construções identitárias típicas da modernidade têm um papel fundamental, e onde a escrita historiográfica é prevalecente. Com efeito, é hoje pacificamente reconhecido o papel determinante que tiveram o século XIX e parte do XX na conformação do nosso conhecimento e valorização do passado¹¹. Entretanto, se no período posterior à Segunda Guerra a história nacional foi menos reconhecida¹², também é verdade que nos últimos anos nos encontramos perante uma situação que, em muitos aspetos, é contraditória: por um lado, existe um certo ceticismo a respeito deste tipo de história – há quem fale da “tirania do nacional”¹³ – e, por outro lado, é evidente que há, em muitos setores, um retorno da história nacional. Um retorno que é também uma renovação¹⁴.

⁶ BHABHA, 1990. SAMUELS, 2004. Cfr. BERGER; LORENZ, 2008: 24-59.

⁷ BERGER, 2007: 3.

⁸ DAVIES, 2004.

⁹ SMYTH, 1998. DZINO, 2010. Como exemplo de casos concretos: MARAVALL, 1997. BAGGE, 1995. LINDEN, 1995.

¹⁰ BERGER, 2007: 4.

¹¹ BAÁR, 2010. BERGER, 2012. BERGER; LORENZ; MELMAN, 2012.

¹² BERGER, 2007: 47-54.

¹³ NOIREL, 1999.

¹⁴ BERGER; DONOVAN; PASSMORE, 1999. BERGER, 2005. BERGER, 2007. BERGER, 2009. BERGER; LORENZ, 2006. BERGER; ERIKSONAS; MYCOCK, 2008. COHEN; O’CONNOR, 2004: IX-X. É especialmente importante a série de volumes publicados no âmbito do projeto da Fundação Europeia da Ciência intitulado *Representations of the Past: The Writing of National Histories in Europe* (http://www.uni-leipzig.de/zhsesf/index.php?option=com_frontpage&Itemid=1). Consult. 10 de Mar. 2014). Destacam-se: BERGER; LORENZ, 2008. BERGER; LORENZ, 2010. MIDDEL; ROURA, 2013.

Neste sentido, se queremos optar pelo “quadro nacional”, teremos de o fazer com alguma ponderação, por várias razões. Não só porque esta “renacionalização” do passado levanta alguns problemas¹⁵, mas também porque o próprio conceito de nação é problemático¹⁶. Por isso, em alguns países, este conceito tem sido objeto de estudos específicos, onde a dimensão historiográfica é determinante¹⁷. Também no caso português, aquele que mais nos interessa, são muitos e variados os títulos que, deste ou daquele ponto de vista, se têm debruçado sobre a nação e a sua identidade¹⁸.

Considerado no seu conjunto, o conceito de nação é um quadro de referência. Pertence à esfera do estimativo. Por isso, é difícil de definir os seus contornos, porque nunca se pode delimitar pelas características empíricas que lhe são atribuídas. Começando por ser um problema de vivências e de “habitus” (no sentido que lhe dá Pierre Bourdieu) acaba, no fundo, por ser uma questão de representação, onde não há univocidade. Com efeito, diretamente relacionada com a noção do “nacional” encontra-se todo um conjunto de ideias, afetos e solidariedades, que lhe conferem uma significativa carga identitária.

Este problema é, de facto, fundamental, porque a dimensão nacional constitui uma das mais fortes vertentes das identidades coletivas – nomeadamente culturais – que, como já foi dito, com este ou outro nome, se encontram já em tempos anteriores, embora tenham uma maior fortaleza nos tempos modernos. De facto, tais identidades, com os respetivos processos de formação e representação, encontram-se em todas as épocas históricas¹⁹.

Mas, não é fácil definir o seu âmbito, porque com muita frequência aparecem associadas – e condicionadas – por outros domínios que acabam por a influenciar de forma determinante. Na verdade, nação não é uma categoria fixa e permanente, mas produto de um processo, em que intervêm diferentes fatores, entre os quais a memória, a densidade de ligações linguísticas²⁰ e/ou culturais, aspetos sociais como o papel das elites²¹, a religião²², a história que em cada época é contada ou a consciência social da igualdade que liga entre si os seus membros²³. Em última análise, é um

¹⁵ BERGER; DONOVAN; PASSMORE, 1999: 297-300.

¹⁶ PALTÍ, 2001. PALTÍ, 2002. Como reflexão atual, tem interesse WANG; FILLAFER, 2007: 71-103.

¹⁷ Por exemplo: GERLONI, 1996. FOX, 1997.

¹⁸ Seria impossível citá-los a todos. Ocuparia demasiado espaço. Limitamo-nos, assim, a referir alguns. Representam diferentes perspetivas de análise: AMANTE, 2011. GODINHO, 2004. LEÃO, 1960. LOURENÇO, 1988. MATTOSO, 1985. MATTOSO, 1998. MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010. MIRANDA; JOÃO, 2006. RIBEIRO, 1986.

¹⁹ BERGER, 1997. SMITH, 1997. SMITH, 1999. SMITH, 2000. Sobre o problema da identidade, embora não se refira especificamente à identidade social, tem o maior interesse BEDOS-REZAK, 2000.

²⁰ BARBOUR; CARMICHAEL, 2000.

²¹ FORD, 1993. POPA-GORJANU, 2012: 11-25. TERLOUW; WESTSTRATE, 2013.

²² FORD, 1993.

²³ HROCH, 1996: 79.

problema de consciência social. Não escreveu Pierre Nora que “a própria nação é, em si, uma representação. Nem um regime nem uma política, nem uma cultura, mas o enquadramento de todas estas expressões”?²⁴ Já foi qualificada como metáfora²⁵, o que, a nosso ver, complementa a feliz expressão utilizada para esta ambiguidade conceptual: em tradução livre, trata-se da “ambivalência da linguagem das duas faces de Jano na própria construção do discurso da Nação”²⁶.

Em face do que se expôs, em que sentido se pode falar de “história nacional”? Será que a história da nação é diferente da história do que acontece na nação? São perguntas fáceis de formular, não muito diferentes das que, há poucos anos Stefan Berger, Mark Donovan e Kevin Passmore formulavam, quando inquiriam: “onde e quando teve origem a nação? Quais são as suas características fundamentais?”²⁷.

Há, por outro lado, diversos aspetos a contemplar. Por isso, apesar do papel fundamental que em muitos setores se volta a dar ao estado-nação, pensamos que, hoje em dia, esta questão representa apenas um dos parâmetros a ter em conta na compreensão dos fenómenos históricos.

Há muito que já ninguém acredita no mito de uma “predestinação” histórica, algo assim como uma nação virtual que tenha existido antes da sua existência histórica e que se mantenha geração atrás de geração, tal como o imaginaram muitos historiadores oitocentistas que, à procura de uma “veracidade ahistórica”, fizeram de determinados personagens modelos culturais de comportamento que pudessem servir de referência patriótica. É o caso de Vercingetorix desenhado como um antepassado dos franceses ou de Viriato valorizado como um pré-português²⁸. Para já não falar de figuras claramente inventadas, como é o caso do soldado Chauvin, em França, ou da Padeira de Aljubarrota, em Portugal²⁹. O problema torna-se ainda mais grave quando este esforço por encontrar a veracidade da história nacional se projeta para o passado, como aconteceu – para citar um exemplo – quando se retroprojetou no mundo germânico a posterior diferenciação nacional europeia³⁰.

Por isso, temos de considerar muitas outras dimensões, mas sem lhes conferir o protagonismo determinante que, em alguns momentos, lhes foi dado. A nosso ver, é sobretudo importante saber relativizar a sua intervenção, até porque muitas dessas dimensões têm uma forte componente de “construção histórica”. Para citar dois exemplos, é o caso das referências geográficas³¹, com um enorme papel nas Ciências

²⁴ NORA, 1986: X.

²⁵ CONFINO, 1997. Cfr. para os tempos atuais, ELEY; SUNY, 1996.

²⁶ BHABHA, 1990: 3.

²⁷ BERGER; DONOVAN; PASSMORE, 1999: 301.

²⁸ AMALVI, 1988: 51-87. Veja-se também o cap. 18.4.1.

²⁹ PUYPEGE, 1993. PIMENTA, 2007.

³⁰ THOM, 1990: 23 ss. Cfr. GEARY, 2008. BERGER; LORENZ, 2010: 75-76.

³¹ Dois exemplos: a ideia do Hexágono francês e das suas fronteiras naturais (SMITH, 1969. SAHLINS, 1990.

Sociais³², mas que necessitam de ser matizadas. E é também o caso da importância dada à dimensão cultural como elemento estruturante das identidades nacionais, consequência, a nosso ver, da relevância dada aos “estudos culturais” na primeira metade do século XX, e que, de alguma forma, para efeitos práticos, antecipam o papel que, mais tarde, será exercido pelo conceito de “lugar da memória”.

De facto, convém ter presente que o atual entendimento do que é a nação – assim como o nacionalismo – é uma construção da modernidade, em especial do século XIX³³, como já foi sublinhado. Pode-se projetar este conceito para tempos anteriores, e houve quem o tenha feito, mas de modo bem diferente do que o fez a historiografia romântica e metódica. É o caso de Colette Beaune, para quem a história da “nação França”, nas suas origens, é um problema do imaginário (como a autora escreve, interessa-lhe a “França, tal como é vista, é amada ou é sonhada no final da Idade Média”³⁴). É, no fundo, a nação perspectivada como um “problema do olhar”³⁵. É esta ambiguidade do olhar que explica a grande variação semântica de muitos dos conceitos deste tipo, como acontece, também, com a “pátria”³⁶. Por isso, mesmo a identificação da generalidade da população com espaços políticos, ainda que de média dimensão, é bastante mais tardia do que usualmente se pensa. Neste sentido, é interessante o comentário de Godfried Croenen quando, a respeito dos Países Baixos, ainda na aurora dos tempos modernos, escreve:

“Para as pessoas nos Países Baixos, a identificação com o seu condado ou ducado não era evidente, mas apenas uma de uma série de focos alternativos de autoidentificação. Só aos poucos é que os principados vão adquirir o estatuto de 'pátria' para todos os seus habitantes. Esta evolução foi ainda mais problemática para a nobreza, que durante todo o período medieval manteve um alto nível de mobilidade geográfica. Como tal, os nobres, muitas vezes não se confinaram, nos seus interesses e atividades, a um único principado. Somente com os duques da Borgonha a situação iria mudar drasticamente. Estes conseguiram controlar a nobreza de forma eficaz sem ter que sacrificar o seu carácter inter-regional, que – até certo ponto – era parte necessária e constituinte do seu poder e da sua forma de vida”³⁷.

WEBER, 1986) e a conceptualização dos continentes e dos oceanos (FONSECA, 1999. GRATALOUP, 2009).

³² AGNEW; DUCAN, 1989. NORTON, 1984.

³³ BELL, 2003. COLLEY, 1992. THIESSE, 2000.

³⁴ BEAUNE, 1985: 7.

³⁵ BEAUNE, 1985: 11.

³⁶ CROENEN, 2000. Cfr. DUPONT-FERRIER, 1940. LADERO QUESADA, 2005. LLOBERA, 1994.

³⁷ CROENEN, 2000: 153. Não são poucos os estudos onde de uma forma global são analisadas determinadas regiões e que constituem referências a ter em conta. Por exemplo: FELLER, 1998. GAMBERINI; LAZZARINI, 2012. GOUBERT, 1960. VILAR, 1962. Apresentações gerais com o maior interesse em: BISSON, 2000. CARRERAS ARES, 2000. DENIS, 1995. OLABARRI CORTÁZAR, 2013. Outra bibliografia sobre regiões medievais e do início da época moderna, para além do clássico RUSSEL, 1972: BALZARETTI, 2013. DEMOTZ, 2008.

É este o entendimento que procurámos desenvolver neste livro. Problemas semelhantes se colocaram em relação ao âmbito temático do projeto coletivo em que estávamos inseridos. É que a ambiguidade dos termos “região/regionalismo” é quase tão grande como aquela que se reconhece para os termos “nação/nacionalismo”.

Há aqui um insolúvel problema de vocabulário³⁸. Neste sentido, é muito interessante o conjunto de considerações de Tom Scott nos seus estudos sobre a dimensão regional no Alto Reno meridional no início da época moderna e nas regiões na Alemanha no tempo da Reforma³⁹. Destaco a aproximação que ele apresenta sobre o conceito de região:

“A região não é indeterminada: é de um tamanho particular, normalmente [...] de tamanho médio, situada entre localidade ou distrito, de um lado, e País ou Estado, do outro. Internamente, a região é relativamente homogénea; externamente está demarcada por diferenças visíveis com regiões vizinhas. Mas há uma outra característica que distingue a região da mera paisagem. As regiões podem ser definidas pela função, bem como pela homogeneidade, ou seja, elas servem propósitos que lhes são impostos pelo homem – económicos, estratégicos, políticos – o que não se pode inferir necessariamente apenas em termos da sua base natural ou pela evolução histórica. No final, portanto, todas as tentativas de definir o que são as regiões têm de admitir que são ao mesmo tempo "criadas" e "dadas". Existem como realidade e como idéia, não apenas como um facto, mas como ficção, moldada por exigências humanas e pelo seu intrínseco potencial, assim como pelo peso acumulado pela história e pela tradição”⁴⁰.

A região é, portanto, um polo de referência. É um problema de organização do espaço e é um problema de centralidade. Porque a história, e especialmente a que estuda as organizações políticas, não pode deixar de privilegiar o espaço. E este, já foi dito, é também história. No interior desse espaço há relações, há trocas, há comunicações. Há um centro e uma periferia. Há portanto movimentos. A Idade Média – foi Jacques Le Goff quem o escreveu – conheceu essencialmente movimentos centrífugos. Na vida medieval parte-se para as periferias⁴¹. Mas, neste quadro, onde está o centro e onde está a periferia? As relações são estruturais entre um e outra, ou mesmo então é duvidosa a aplicabilidade destes conceitos?

HOPPENBROUWERS, 2006. JONES, 1976. KORPIOLA, 2011. LADERO QUESADA, 2001. LIDDY; BRITNELL, 2005. POPA-GORJANU, 2012. RYCRAFT, 2000. STANCIU; POPA-GORJANU, 2013. STEIN; POLLMANN, 2010. TERLOUW; WESTSTRATE, 2013. Uma reflexão com interesse: BEDOS-REZAK, 1993.

³⁸ WAGSTAFF, 1999.

³⁹ SCOTT, 1997. SCOTT, 2000. SCOTT, 2005.

⁴⁰ SCOTT, 2005: 263-264.

⁴¹ LE GOFF, 2002, I: 201-202.

Como se aplicam estas noções à Península Ibérica e às suas diferentes regiões? Porque aqui, durante a Idade Média, a “periferia mais original”⁴² é fronteira da Cristandade. Reconhecemos que esta observação constitui um matiz, mas é importante e tem consequências fundamentais. Aqui, espaço de enfrentamento entre periferias, a fronteira não é linha divisória (nunca o foi nos tempos medievais), antes uma zona movediça que aponta sempre para mais além.

Talvez por isso, o espaço de Portugal tenha sido sempre tão ambíguo, nas suas relações com os poderes vizinhos da Península, no esforço da “Reconquista”, no ir mais além uma vez que esta terminou. Por isso, neste livro, se fala de uma fronteira que demarca um “espaço político descontínuo”...

Jorge Borges de Macedo, a respeito da formação do reino no século XII, comentou que “a questão que se nos deve pôr não é a de afirmar a existência da ‘vontade dos barões’, mas a de saber como é que a ação alcançou significado internacional, segurança, quanto às áreas de que dispunham e capacidade de imposição, interna e externa, para adquirir, em seguida, continuidade dinástica”⁴³. Não vemos qualquer inconveniente em aceitar esta afirmação, porque nos parece pacífica. Cremos ser, no entanto, mais problemática – no sentido de que coloca vários problemas que importa resolver – a afirmação, a respeito da Reconquista, de que esta se desenvolveu num ritmo de estratégia regional... [delimitando] “áreas funcionais, capazes de defender uma homogeneidade social que lhes dá possibilidade de um destino político. Assim aconteceu em Portugal”⁴⁴. Não estamos aqui longe da afirmação José Angel García de Cortázar, formulada a respeito da realidade espanhola, mas que se pode aplicar, sem dificuldade, a toda a Península Ibérica: “Contudo, falar de Espaço na história medieval espanhola continua a significar, fundamentalmente, falar de colonização. Isto é, de espaço controlado pelos cristãos em virtude do processo da Reconquista e de espaço ocupado em virtude do processo de repovoamento”⁴⁵.

Admitamos que estes autores tenham razão. Se a têm, o comentário de Jorge Borges de Macedo, atrás citado, adquire um valor redobrado na investigação realizada para a elaboração deste livro. Note-se que esse autor introduz, logo no início da história de Portugal, o conceito de “região” como elemento concetual dotado da mais ampla capacidade de inteligibilidade, ao mesmo tempo que, no mesmo texto, fala da necessidade do reconhecimento da “importância do regional com sentido”⁴⁶.

Cremos que esta observação é interessante porque, em termos europeus, com a primazia dada ao *nacional* associado-o ao *estatal*, na historiografia do século XIX,

⁴² LE GOFF, 2002, 1: 2010.

⁴³ MACEDO, 1990: 268.

⁴⁴ MACEDO, 1990: 292.

⁴⁵ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985: 12.

⁴⁶ MACEDO, 1990: 291.

verificou-se uma acentuada desvalorização do *regional*. Para recorrer a palavras de Celia Applegate, a “desvalorização de regiões e de seu passado no século XIX resultou, naturalmente, do triunfo das historiografias nacionais. Este assentou num vocabulário rico – comum a todas as elites burguesas europeias, desde o Iluminismo –, que estigmatizou o provincial, o particular, o paroquial. O estudo das regiões, das províncias e lugares não desapareceu, mas foi subordinado ao projeto de história nacional, sendo praticado, principalmente em sociedades históricas locais por amadores pouco considerados”⁴⁷.

No caso português, se o problema não se coloca em termos exatamente iguais – porque no seu seio não existem propriamente “regiões históricas”, acabaram por se manifestar práticas semelhantes resultantes de uma idêntica associação do *nacional* ao *estatal*. Na medida em que a historiografia lusitana se debruçou quase exclusivamente em torno de uma reflexão sobre a história de Portugal, entendida como o estudo evolutivo da uma sociedade organizada à volta de um “estado independente” desde o século XII, foi privilegiada a dimensão centrípeta na sua história.

Por isso, reconhecendo esta limitação metodológica, torna-se evidente que, se as nacionalidades, as regiões e os estados constituem, em suma, diferentes formas de organizar e garantir a coesão social e a sobrevivência de uma comunidade, uma das formas privilegiadas de que dispomos para melhor as entender é através da sua historicização. Uma historicização que não condicione de forma forçada a evolução do passado, através de uma narrativa fechada que impossibilite as alternativas. Por outras palavras, uma narrativa que organize o discurso histórico à luz de outros possíveis realizáveis para além dos que tradicionalmente se considerem ser os que efetivamente se realizaram. E será, na verdade, através do contraste entre aqueles e estes que a historiografia poderá abrir alternativas de compreensão.

Vejamos em que medida isso acontece. Se é verdade que o Iberismo Peninsular da segunda metade do século XIX e inícios do XX assenta na convicção de que há um espaço político compartilhado⁴⁸, parece evidente que o caminho da superação deste desafio pode passar em grande parte por uma prática historiográfica transnacional. Tal prática, a nosso ver, poderá ter, como meta prioritária, a definição de um espaço historiográfico multiforme, ou seja, flexível, no qual a região é entendida não necessariamente como uma parte de uma nação/estado, mas de preferência numa perspetiva supra-nacional, mais ampla que os referidos estados/nação. Neste sentido, é importante ter presente que a região assim entendida não é necessariamente um espaço de atuação política, mas fundamentalmente um horizonte de intelegibilidade histórica.

⁴⁷ APPLGATE, 1999: 1160.

⁴⁸ BERGER; LORENZ, 2010: 22.

Stefan Troebst definiu em termos corretos o que pode estar em causa: num sentido supra-nacional, trata-se de pensar uma região que pode abranger mais de uma nação. Neste sentido, tratando-se de um conceito, pode servir como base de trabalho. O conceito utilizado para designar esta realidade foi a de *meso-regiões*. Cito palavras suas:

“Uma definição provisória do conceito histórico de meso-região pode ser um método historiográfico de comparação transnacional, com potencial para uma teoria de médio alcance, bem como uma estratégia de investigação com mecanismos de controlo internos decorrentes de um sólido fundamento nas fontes e na comparação. A ‘meso-região histórica’ é uma estrutura de investigação nas ciências culturais, é um artifício heurístico que cria meso-regiões não territorializadas ligadas pelo tempo que cruza as fronteiras do estado, da sociedade, da nação e da civilização. Elas fornecem uma hipótese de trabalho para uma análise comparativa que tem como objetivo identificar e delimitar grupos específicos de características estruturais durante longos períodos. As várias combinações de características, em vez das próprias características individuais, são únicas e, portanto, específicas do conjunto. Assim, os conjuntos que cobrem grandes áreas durante uma época específica podem ser considerados como meso-regiões históricas. São ‘zonas flutuantes com fronteiras fluidas’, que podem, apesar disso, ser estruturadas em centros e periferias”⁴⁹.

Como se pode comprovar, estamos em presença de algo assim como “cartografias mentais”⁵⁰. Não se pretende com esta referência às meso-regiões insinuar que este conceito se possa, sem mais, transplantar da Europa Central, onde foi formulado pela primeira vez no século XIX tardio, para a Península Ibérica. Apenas se procurou apresentar um exemplo dos nossos dias, onde se evidencia como um conceito alargado e não rígido de região pode ser usado com benefícios evidentes. No caso citado (das meso-regiões), estamos perante exemplos de metáforas espaciais com inegável interesse metodológico, mas que têm de ser ponderadas com cuidado⁵¹. Mas, no caso presente, tal não é fundamental. O importante é perceber a dinâmica de trabalho. Cada caso é um caso, pelo que pode não ser desejável recorrer a modelos de importação ou exportação de ou para a Península Ibérica. Embora seja evidente que há situações e posições que podem ser consideradas semelhantes, porque aí também se admitiu a existência de

⁴⁹ TROEBST, 2012. Também TROEBST, 2010.

⁵⁰ KINGSTON, 2010.

⁵¹ KINGSTON, 2010. TERLOUW. No que à Idade Média diz respeito, cfr. BEREND; URBACZYK; WISZEWSKI, 2013; é especialmente interessante a introdução intitulada “Did Central Europe exist in the Middle Ages?”, onde se discute o conceito de *Central Europe* e de *Medieval Central Europe* (p. 1-39).

um quadro regional supra-nacional⁵², não parece que se possam aplicar diretamente a situações que são geográfica e tipologicamente muito diferentes.

Este é um livro que, debruçando-se materialmente sobre a história portuguesa, é no entanto formalmente uma obra sobre transferências culturais. Não sendo, portanto, uma *História de Portugal*, integrou-se, como já se disse, num projeto que pretendia analisar e comparar as regiões históricas da Europa⁵³. O grupo português - ciente de que Portugal tinha tido origem numa região muito antiga da Península Ibérica, cujas raízes remontavam à época romana, e que no século XII tinha iniciado um processo de afirmação autónoma – orientou uma parte significativa dos seus trabalhos para o estudo das relações entre transferências culturais e as historiografias nacionais, portuguesa e espanhola, tanto na sua vertente galega como castelhana. Não sendo, como problema historiográfico, algo novo na bibliografia⁵⁴, reconheceu-se que se encontrava ainda insuficientemente praticado.

Para o fazermos, recorremos ao conceito de região, embora tenhamos consciência de que se trata de uma noção demasiado imprecisa. Como escreve Marcel Roncayolo, “‘Região’ é uma palavra – como ‘domínio’, por exemplo – usada para designar um dos níveis (por vezes vários), dentro duma taxonomia. O inconveniente está no facto de a posição hierárquica poder variar de disciplina para disciplina, duma classificação para outra. Duma forma menos segura, a ciência política joga com a ubiquidade da noção de região, seguindo nisto a prática dos organismos internacionais. A palavra tanto pode ser aplicada a uma fração dum Estado ou duma nação, como a de um agrupamento de Estados ou de nações, próximos pelas suas características económicas, políticas ou culturais e, geralmente, pela sua situação geográfica. A geografia está mais próxima da linguagem comum: reserva, de preferência, a palavra região para um nível intermédio cuja realidade e originalidade tende, de resto a afirmar”⁵⁵.

Na verdade, há de tudo: regiões históricas, naturais, económicas, administrativas... No projeto internacional em que nos inserimos, como já se disse, pelo menos no título, optou-se pelas regiões históricas... É verdade que, uma região – como acontece com a nação –, para além dos critérios que se utilizem, para o ser, necessita da legitimidade e da consciência de “pertença”. De facto, nos sucessivos seminários que o projeto CUIUS REGIO organizou entre Setembro de 2010 e Agosto de 2013, sobressaía permanentemente da maioria das intervenções a importância crucial da consciência coletiva da região como espaço ao qual se pertence. O que fragiliza

⁵² Por exemplo: BERGER; LORENZ, 2010: 182, 212, 259-281, 358-383. MIDDELL, 2003. Há, no entanto, casos de organização conceptual num patamar supranacional que são muito interessantes, como é o caso do conceito de *Norden* na área do Báltico, abrangendo a Dinamarca, Finlândia, Islândia, Noruega e Suécia (BRANCH, 1999. GOTZ, 2003. JALAVA, 2013. LEHTI; SMITH, 2003. MIDDELL; ROURA, 2013: 257-314).

⁵³ TROEBST, 2003.

⁵⁴ BERGER; LORENZ, 2008: 548-550. SÁEZ-ARANCE, 2003.

⁵⁵ RONCAYOLO, 1986: 161. WARF; ÁRIAS, 2009. Também MATTOSO; DAVEAU; BELO, 2010: 60.

qualquer desejo de privilegiar um determinismo natural. Daí a aproximação à história, a uma comunidade que atravessa o tempo.

Seja qual for o sentido que se confira à palavra “região”, tem que existir um território. No caso português, na origem, há um território com uma determinada coerência (veja-se o texto da autoria de Ana Monteiro, neste livro), mas a partir de meados do séc. XII este espaço coerente, que poderia induzir-nos a falar de uma “região natural”, divide-se em dois, o que nos leva a assumir perante este problema a posição equilibrada que há muitos anos foi defendida por Marc Bloch e Lucien Febvre⁵⁶. É por isso evidente que o território é resultado de uma evolução histórica. De facto, também nós, em grande parte, somos aquilo que fomos. E a região é o produto de um sistema de relações que, na sua evolução, atravessa os séculos.

Recorremos, em suma, ao conceito de “Região”, como meio operativo para pensar uma parte da história de Portugal. Para o fazermos, admitimos que o conceito esteja dotado de uma grande abertura, Em palavras, de Marcel Roncayolo, “um princípio relativamente abstrato, de contornos e conteúdo incertos, que se pode definir sobretudo pelas suas contradições”⁵⁷. O que nos motivou foi a possibilidade de olhar para o Portugal dos sécs. XII ao XVII numa perspectiva relacional, em que entra, primeiro e prioritariamente, a Galiza e, depois, Castela, e através dela, a Península Ibérica. Tratou-se, portanto, de valorizar prioritariamente a dimensão contextual, e só através desta dimensão, o problema da escala ou do espaço.

Não se pretendeu, voltamos a repetir, escrever uma *História de Portugal*. O nosso propósito, pelo que já se explicou, consistiu em encontrar um mais amplo patamar de compreensão que, articulando o *contexto* com o *espaço*, abrisse outras possibilidades de compreensão ao nosso passado histórico. O conceito de *Região*, entendido no sentido amplificador que atrás se apontou, constituiu assim o instrumento conceptual que nos permitiu avançar.

José Mattoso, na introdução ao volume 1 da História de Portugal por ele dirigida, referindo-se ao que chamou o *Quadro Teórico da História Nacional*, apresentou algumas reflexões sobre os temas que lhe pareciam mais adequados para pensar a história nacional: o poder na sua relação com o espaço, a política, a economia, a sociedade e a mentalidade, a consciência nacional, a ação voluntária e os movimentos de massas⁵⁸. É interessante sublinhar que, parte significativa destes temas foram selecionados quando se debateu o perfil do livro a escrever bem como a lista dos tópicos a ter em conta.

O presente livro é constituído por 6 partes, que incluem no seu seio 23 capítulos, escritos por um vasto conjunto de 31 autores, cada um deles especializado numa

⁵⁶ FEBVRE, 1970: 341-342. FRIEDMAN, 1996.

⁵⁷ RONCAYOLO, 1986: 185.

⁵⁸ MATTOSO, 1993: 11-17.

temática concreta. Para facilitar a articulação dos diferentes autores e dos seus textos, cada uma das partes tem um coordenador, devidamente identificado no livro por um pequeno texto introdutório.

Como é natural, a primeira parte tem um caráter propedêutico, dedicando-se aos aspetos geográficos, aos ciclos temporais e ao quadro político, desde o reino Astur-Leonês até 1668. Definiram-se aqui, portanto, as grandes balizas cronológicas em que assentou a investigação realizada: 1035 é o ano da morte do Rei de Navarra Sancho o Maior, figura que ocupa um lugar-chave na história política da Península Ibérica, coincidindo com a crise do Al-Andalus e com uma nova orientação nas relações com os demais poderes ibéricos, com consequências decisivas; 1668 é o ano da assinatura da paz com a Monarquia Hispânica, depois de quase 30 anos de guerra. A conjuntura muda e Portugal orientará o seu enquadramento europeu por vias diferentes daquelas que tinham dominado a sua vida nos dois séculos anteriores.

As duas partes seguintes (a segunda e a terceira), no seu conjunto, abordam os grandes vetores da identidade lusitana. A começar pela monarquia, o tema central da segunda parte. Aí, abordam-se os processos de estruturação e organização do espaço (político, económico, social). Na sequência desta, a terceira parte dedica-se aos vetores sociais (nobreza, estruturas eclesiais e cidades e vilas).

A quarta parte debruça-se sobre o magno tópico das fronteiras e das diferentes alteridades, temas fundamentais para a compreensão da identidade lusa. Em certa medida, ocupa um lugar central no livro, entre as três primeiras partes e as duas últimas.

Estas duas, no seu conjunto, abordam o problema das relações entre a consciência social e a identidade coletiva. Desde o princípio se entendeu que se tratava de uma questão fulcral para compreender a génese e evolução da componente identitária do reino. Se a quinta parte se desdobra na consideração dos diferentes fatores identitários (intitulações régias, legitimações dinásticas, símbolos identitários, a língua e a tradição jurídica), a sexta e última dedica-se exclusivamente à sua tradução textual (na literatura, na historiografia, no discurso e na literatura política).

Trata-se, como se pode comprovar, de um livro organizado não segundo uma ordem cronológica, mas de acordo com uma coerência temática. Sabemos como o sentimento de “pertença” constitui um dos elementos mais fortes da consciência nacional contemporânea. Já o dissemos e voltaremos a referi-lo. Trata-se de algo que funciona ao nível do que se poderia chamar a história dos afetos, mas que tem raízes muito profundas numa multiplicidade de “razões”, “ligações” e “memórias” que o transformam em tópico fundamental da afirmação social de uma comunidade, independentemente da sua dimensão. O tema tem sido estudado para a época contemporânea⁵⁹, mas pode naturalmente ser orientado para as suas raízes medievais

⁵⁹ Como exemplo, APPLGATE, 1990.

e modernas. É o caso do presente livro, onde, de forma analítica, se foram desvelando algumas das principais vertentes das identidades portuguesas.

Teria sido desejável considerar estes pontos dentro do estrito quadro nacional? É claro que a resposta é positiva, mas também nos parece evidente que a abertura de horizontes para um quadro ibérico enriqueceu a compreensão dos temas. E isto por duas razões: por um lado, porque, no passado, são múltiplos os aspetos cujo nexó é dificilmente compreensível sem ter em conta a realidade hispânica, galega ou castelhana; e, por outro lado, porque nos parece constituir um bom exemplo do quadro geográfico em que tem mais sentido praticar a “história comparada”.

Consideramos este último aspeto muito importante. Stefan Berber, num capítulo dedicado à história comparada, e inserido num manual sobre a escrita historiográfica, a propósito dos diferentes tipos de comparações que se podem fazer, escreve o seguinte:

“As comparações envolvem os estados-nação. O aparecimento da escrita da história profissional no séc. XIX coincidiu com o aparecimento do Estado-nação. Os historiadores que procuram legitimar o seu Estado-nação, fizeram-no comparando-o – mais implícita do que explicitamente – com outros Estados-nação, identificando características pretensamente exclusivas de seu que os distingua e os fazia superiores aos outros. O legado de comparações transnacionais é tão forte que muitas vezes esquecemos que as nações não têm de ser as nossas unidades de comparação. De facto, como os historiadores da economia especialmente salientam, as regiões podem constituir melhores unidades de comparação. Uma vez que elas são menos heterogêneas do que nações maiores, as comparações regionais são, possivelmente, menos vulneráveis ao reducionismo”⁶⁰.

Por esta razão, e não por qualquer outra, tentou-se colocar os problemas num patamar em que Portugal aparece como uma das nacionalidades que constituem o panorama dos particularismos hispânicos com raízes que remontam à Idade Média. Trata-se de um aspeto que esteve sempre presente⁶¹. Estamos convencidos – todos os que participaram neste projeto – que o caminho utilizado mostrou, na prática, ser adequado. Todos vivemos a experiência de perceber em que medida, esta aproximação nos permitiu descobrir convergências, paralelismos e diferenças que, enquadradas no conjunto do livro, se tornaram altamente elucidativas. Porque, em última análise, do que se tratava era de compreender melhor algumas facetas da História de Portugal.

⁶⁰ BERGER; FELDNER; PASSMORE, 2010: 188.

⁶¹ Seria impossível indicar toda a bibliografia, mesmo que só a mais importante. Por toda: *FUNDAMENTOS MEDIEVALES (...)*, 2005. LADERO QUESADA, 2001. LADERO QUESADA, 2004.

Neste momento em que meses de estudo e reflexão deram origem a este livro, que tipo de concretizações se podem extrair? Sem querer entrar em pormenores que fariam com que estas páginas iniciais perdessem o seu carácter introdutório, entendemos que se podem destacar seis aspetos:

- Em primeiro lugar, a importância do “reco” até à *Gallaecia* romana. Não se trata tanto de um remontar a antecedentes que podem ser mais ou menos importantes, quanto de manter, ao longo dos séculos, um olhar “plural” para o espaço do Noroeste Peninsular. Esta perspectiva permitiu-nos, para além das ruturas políticas, “trabalhar” esse espaço em termos de continuidade, desde a Galiza, com a qual existe uma assinalável homogeneidade territorial, até às relações com a monarquia leonesa/castelhana/espanhola.
- Em segundo lugar, as virtualidades que se podem extrair da organização cronológica. Os três ciclos que se indicam, com os seus momentos-chave, ao passarem além dos tradicionais ciclos dinásticos, resultam do esforço feito no sentido de encontrar o conjunto dos problemas de fundo que atravessam cada uma das cronologias em causa. Temos plena consciência de que outros ciclos já foram defendidos na historiografia portuguesa, de que se destacam os “complexos histórico-geográficos” sugeridos por Vitorino Magalhães Godinho⁶². No entanto, se esses “complexos” se apresentam mais ligados a preocupações de teor económico, o que justifica plenamente a sugestão daquele autor, no presente livro, a dimensão política, enquadrada por horizontes que ultrapassam as fronteiras do reino, parece justificar a diferente cronologia pela qual se optou.
- Em terceiro lugar, a importância dada à instituição monárquica como vetor identitário da sociedade portuguesa, enquadrada pelas diferentes dinâmicas cuja sedimentação teve um papel muito importante na institucionalização do reino e nas respetivas práticas sociais. Procurou-se, sempre que possível, comparar fenómenos semelhantes dos dois lados da fronteira (já com a Galiza, já com Castela). A nosso ver, esta metodologia permitiu perceber melhor determinados aspetos da história lusitana, como, por exemplo, os que dizem respeito à nobreza. Ao mesmo tempo, a preocupação por ter sempre presente as dinâmicas sociais e políticas, analisadas a par, terá muito provavelmente possibilitado uma melhor compreensão da forma como a sociedade portu-

⁶² GODINHO, 1963.

guesa acompanhou e fortaleceu a afirmação da identidade do reino em paralelo com a Coroa.

- Em quarto lugar, o modo como o reino, as suas instituições e as forças sociais estruturaram o espaço. Recorrendo a uma expressão alheia, reportamo-nos à forma como se processou a “organização social do espaço” lusitano⁶³. Nesta perspetiva, a fronteira constitui, na sua multiplicidade, um importante fator de identidade. A nosso ver, o destaque dado a esta realidade terá permitido perceber melhor outras dimensões da história portuguesa, mesmo as de natureza religiosa e cultural.
- Em quinto lugar, a convicção de que a coerência social assenta num forte sentimento de “pertença”. Trata-se de um aspeto importante que já foi sublinhado nesta introdução, e que tem sido reconhecido por vários autores contemporâneos. Não se tratando, por isso, de um tópico que constitua uma novidade em si, pensamos que pode interessar ter em conta a contextualização histórica que foi feita, nomeadamente em termos do relacionamento ibérico. Importa ter presente que Portugal é um reino peninsular e, portanto, a sua afirmação identitária (simbólica, institucional ou discursiva) teve sempre uma fortíssima intencionalidade ibérica. Outra coisa não seria de esperar.
- Para terminar, e resumindo todos os anteriores pontos que foram enunciados, consideramos que o exercício feito no sentido de pensar a história portuguesa até adiantado o séc. XVII, no quadro mais vasto da Península Ibérica e, mais particularmente, no âmbito da sua zona ocidental, é um primeiro passo no sentido do que pensamos ser o complemento natural destas páginas: o convite que implicitamente fica feito para se pensar a história do Poente Ibérico, desde a sua vertente galega até à castelhana, no quadro espacial mais vasto em que Portugal terá algo a dizer. Não temos a menor dúvida de que, do encontro destas duas “leituras”, todos ganharemos...

Não posso, a este propósito, deixar de recordar aqui as palavras do anúncio publicitado pela “American Historical Association” para o seu congresso anual sobre o tema Nações, Nacionalismo e Histórias Nacionais, que teve lugar em 2006. Evidenciam um conjunto de preocupações que também resumem as que foram as nossas neste projeto:

⁶³ GARCÍA DE CORTÁZAR, 1985.

“A História sempre foi importante para o desenvolvimento das nações, que vão buscar significado e identidade a um passado comum, real ou inventado. Ao mesmo tempo, as nações têm sido importantes para o desenvolvimento da historiografia; moldam a forma como os historiadores desenham os seus mapas, organizam os seus livros, e definem as suas áreas de especialização. Mas as nações são problemáticas, bem como poderosas. A maioria das nações são o resultado arbitrário de circunstâncias e de contingências e não a expressão inevitável das comunidades naturais, étnicas ou culturais. As nações devem ser construídas, por vezes impostas. Como outras fontes de lealdade política, o nacionalismo é o resultado da compulsão e do consentimento, ao mesmo tempo que é fonte e produto do poder político. Histórias nacionais estão profundamente implicadas na construção e na defesa da nação. A nossa tarefa de historiadores é fazer justiça à importância das nações, ao nacionalismo e às histórias nacionais, mas sem aceitá-las acriticamente, explicando-as sem diminuir o seu significado”⁶⁴.

Não quero terminar sem manifestar os meus agradecimentos à Fundação para a Ciência e Tecnologia que apoiou este projeto com a sua ajuda financeira, ao *Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade* que o acolheu, e, de modo geral, aos membros dos diferentes grupos nacionais que participaram no *Cuius Regio*, e com os quais convivemos e colaborámos nestes últimos anos. Mas desejo ressaltar especialmente os colegas e amigos de Portugal e de Espanha que, com a maior generosidade, responderam ao desafio que lhes apresentei de participarem na preparação deste livro. A todos, o meu muito obrigado. Solicito, finalmente, que me perdoem se destaco os coordenadores de cada uma das partes que, com a sua disponibilidade, esforço e apoio, tornaram possível a concretização deste projeto: Pedro Cardim, Paula Pinto Costa, Mafalda Soares da Cunha, Maria Cristina Pimenta e José Augusto de Sottomayor-Pizarro.

⁶⁴ Cit. de WANG; FILLAFER, 2007: 71. Cfr. MIDDELL; ROURA, 2013.

INTRODUÇÃO	5
PARTE I – OS CONTEXTOS DA CONSTRUÇÃO DA REGIÃO	23
CAP. 1 – A BASE GEOGRÁFICA	25
CAP. 2 – CICLOS E MOMENTOS-CHAVE	31
2.1. O PRIMEIRO CICLO E OS SEUS MOMENTOS CHAVE (1096-1367)	32
2.2. O SEGUNDO CICLO E OS SEUS MOMENTOS CHAVE (1367-1495)	38
2.3. O TERCEIRO CICLO E OS SEUS MOMENTOS CHAVE (1495-1668)	43
CAP. 3 – ANTECEDENTES. O NOROESTE PENINSULAR DA ANTIGUIDADE AO FINAL DA ALTA IDADE MÉDIA	51
3.1. ORIGENS E EVOLUÇÃO DA <i>GALLAECIA</i> – ENTRE ROMA E O ISLÃO	51
3.2. A GALIZA NO REINO ASTUR-LEONÊS (711-1037)	55
CAP. 4 – PORTUGAL E A GALIZA NA IBÉRIA OCIDENTAL	59
4.1. PORTUGAL/GALIZA E OS REINOS DE LEÃO E CASTELA (1035-1367)	59
4.2. PORTUGAL/GALIZA E A COROA DE CASTELA (1367-1495)	68
4.3. PORTUGAL/GALIZA E A MONARQUIA HISPÂNICA (1495-1668)	74
CAP. 5 – A GALIZA NAS SUAS RELAÇÕES COM PORTUGAL	81
PARTE II – A MONARQUIA COMO VETOR DE IDENTIDADE E DE DIVERSIDADE	91
CAP. 6 – FORMAS E DINÂMICAS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO	97
6.1. OS CASOS DA GALIZA E DE PORTUGAL NA ÉPOCA MEDIEVAL	97
6.2. FORMAS E DINÂMICAS DE APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO NAS COROAS IBÉRICAS DA ÉPOCA MODERNA	99
CAP. 7 – O ESPAÇO POLÍTICO	113
7.1. O QUADRO INSTITUCIONAL E AS EXPERIÊNCIAS DE GOVERNO TERRITORIAL	113
7.1.1. O CASO DA GALIZA ENTRE A IDADE MÉDIA E A IDADE MODERNA	113
7.1.2. A INSTITUCIONALIZAÇÃO TERRITORIAL DA REDE JUDICIÁRIA	117
7.1.3. O GOVERNO DELEGADO: VICE-REIS E GOVERNADORES	125
7.2. A AUSÊNCIA DO REI. REAÇÕES AO PROCESSO DE PERIFERIZAÇÃO NA GALIZA E EM PORTUGAL	131
7.3. A INQUISIÇÃO	136

CAP. 8 – O ESPAÇO ECONÓMICO	143
CAP. 9 – O ESPAÇO SOCIAL	153
9.1. NOBREZA, MUNDO ECLESIASTICO E ORDENS MILITARES (SÉCS. XII-XV)	153
9.2. NOBREZA, ELITES ECLESIASTICAS E GOVERNO LOCAL (SÉCS. XVI-XVII)	160
PARTE III – DINÂMICAS SOCIAIS E POLÍTICAS	169
CAP. 10 – NOBREZA: DE UM PASSADO COMUM A UM TEMPO DE CONTRASTES	171
10.1. AS AMBIGUIDADES NA GALIZA E A EVOLUÇÃO EM PORTUGAL NA IDADE MÉDIA	171
10.2. A NOBREZA NA ÉPOCA MODERNA	181
CAP. 11 – ORGANIZAÇÃO E INSTITUIÇÕES ECLESIASTICAS	189
11.1. ORGANIZAÇÃO DIOCESANA	189
11.1.1. A INFLUÊNCIA TRANSFRONTEIRIÇA DAS DIOCESES DE BRAGA E TUIE A GÉNESE DE PORTUGAL	189
11.1.2. OS CONFLITOS ECLESIASTICOS, O ARCEBISPO DE BRAGA E A FRONTEIRA DO REINO DE PORTUGAL E DA GALIZA	194
11.2. INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS	201
11.2.1. ORDENS MONÁSTICAS: O CASO DOS BENS DOS MOSTEIROS GALEGOS EM PORTUGAL	201
11.2.2. ORDENS MILITARES	205
CAP. 12 – O MUNDO URBANO. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA NAS/DAS CIDADES E VILAS	209
12.1. CORTES E PROCURADORES CONCELHIOS NA IDADE MÉDIA	209
12.2. A REPRESENTAÇÃO POLÍTICA DO MUNDO URBANO. PORTUGAL E GALIZA (SÉCS. XVI-XVII)	215
PARTE IV – A FRONTEIRA E A ESTRUTURAÇÃO DO ESPAÇO	225
CAP. 13 – FRONTEIRA/FRONTEIRAS E IDENTIDADE	231
13.1. A PERSPETIVA GALEGA	231
13.2. A IDENTIDADE PORTUGUESA DESDE A NOÇÃO DE ESPAÇO POLÍTICO DESCONTÍNUO À NOÇÃO DE FRONTEIRA ABERTA	242

CAP. 14 – A VISÃO DO OUTRO E O PROBLEMA DA HOMOGENEIDADE CULTURAL E RELIGIOSA EM PORTUGAL	253
14.1. O OLHAR DAS <i>OUTRAS PENÍNSULAS</i> PARA PORTUGAL	253
14.1.1. DA GALIZA MEDIEVAL	253
14.1.2. DE CASTELA PARA PORTUGAL (SÉCS. XIV-XV)	258
14.2. JUDEUS, MUÇULMANOS E OUTROS	261
14.2.1. JUDEUS E MUÇULMANOS NA GALIZA MEDIEVAL	261
14.2.2. JUDEUS E MUÇULMANOS NO PORTUGAL MEDIEVAL	266
14.2.3. CRISTÃOS-NOVOS EM PORTUGAL	271
14.3. O IMPÉRIO COMO FRONTEIRA RADICAL	273
CAP. 15 – QUOTIDIANOS DE FRONTEIRA	279
15.1. A LIÇÃO DOS MOSTEIROS NAS MARGENS DO RIO MINHO	279
15.1.1. A PERSPETIVA PORTUGUESA	279
15.1.2. A PERSPETIVA GALEGA	282
15.2. AS FORTALEZAS DE FRONTEIRA (SENHORIAL/RÉGIA) NA GALIZA E EM PORTUGAL	284
15.3. A FRONTEIRA LUSO-GALEGA (SÉCS. XVI E XVII)	288
PARTE V – A CONSCIÊNCIA SOCIAL	299
CAP. 16 – NOME, REPRESENTAÇÕES HERÁLDICAS E INTITULAÇÕES RÉGIAS	303
16.1. NOME – DE <i>PORTUCALE</i> A PORTUGAL	303
16.2. SÍMBOLOS HERÁLDICOS – DA CRUZ ÀS QUINAS E CASTELOS	306
16.3. INTITULAÇÕES RÉGIAS E ESTATUTO POLÍTICO DOS TERRITÓRIOS	312
CAP. 17 – LEGITIMAÇÕES DINÁSTICAS	325
17.1. LEGITIMAÇÕES DINÁSTICAS NA SEGUNDA METADE DO SÉC. XIV	325
17.2. LEGITIMAÇÕES DINÁSTICAS EM PORTUGAL NO SÉC. XV	329
17.3. LEGITIMAÇÕES DINÁSTICAS EM CONFRONTO: 1580 E 1640	335
CAP. 18 – SÍMBOLOS IDENTITÁRIOS	343
18.1. SANTIDADE, HAGIOGRAFIA E IDENTIDADE EM PORTUGAL (SÉCS. XII-XVII)	343
18.2. LOCAIS DE PEREGRINAÇÃO E DE MEMÓRIA	350
18.3. PANTEÕES RÉGIOS	356
18.4. MITOS DE ORIGEM E DE DESTINO. TRADIÇÕES HISTÓRICAS	361
18.4.1. VIRIATO, OURIQUE E <i>ÍNCLITA GERAÇÃO</i>	361
18.4.2. A ARTE MANUELINA E A DEFINIÇÃO DE UM <i>ESTILO NACIONAL</i>	368
18.4.3. MITOS DE ORIGEM E DE DESTINO ANTES E DEPOIS DE 1640	371
CAP. 19 – O PAPEL DA LÍNGUA E DO BILINGUISMO	381
CAP. 20 – A TRADIÇÃO JURÍDICA	385

ÍNDICE GERAL

PARTE VI – LITERATURA, HISTORIOGRAFIA E DISCURSO POLÍTICO	401
CAP. 21 – ENQUADRAMENTO DA PRODUÇÃO LITERÁRIA	405
CAP. 22 – A HISTORIOGRAFIA	413
22.1. ÉPOCA MEDIEVAL	413
22.2. ÉPOCA MODERNA	423
22.3. SÉCULO XIX	427
CAP. 23 – DISCURSO E LITERATURA POLÍTICA	437
23.1. ÉPOCA MEDIEVAL	437
23.2. ÉPOCA MODERNA	443
ANEXOS	455
A – CRONOLOGIA ESSENCIAL	457
B – TABELAS DINÁSTICAS	483
C – BIBLIOGRAFIA	485
D – LISTA DE AUTORES	539
E – LISTA DE ILUSTRAÇÕES	543
F – ABSTRACT	545
ÍNDICE GERAL	551
GENEALOGIAS RÉGIAS E ILUSTRAÇÕES	EXTRA TEXTO

Este livro constitui o principal resultado da equipa portuguesa do projeto de investigação *Cuius Regio. An analysis of the cohesive and disruptive forces destining the attachment of groups of persons to and the cohesion within regions as a historical phenomenon*, que, aprovado pela Fundação Europeia da Ciência em 2010, reuniu desde então até finais de 2013 um amplo grupo de investigadores de oito países europeus: Dinamarca, Espanha, Estónia, Holanda, Polónia, Portugal, República Checa e Roménia.

Em termos globais, este projeto visou uma análise comparativa, ao longo de um arco temporal de vários séculos, entre um grupo de regiões europeias, muito diferentes entre si, pelo enquadramento geográfico, político e evolução histórica, privilegiando as dinâmicas de coesão e de rutura.

Este é um livro que, debruçando-se materialmente sobre a história portuguesa, é no entanto formalmente uma obra sobre transferências culturais. Não sendo, portanto, uma *História de Portugal*, integrou-se num projeto que pretendia analisar e comparar as regiões históricas da Europa. O grupo português - ciente de que Portugal tinha tido origem numa região muito antiga da Península Ibérica, cujas raízes remontavam à época romana, e que no século XII tinha iniciado um processo de afirmação autónoma – orientou uma parte significativa dos seus trabalhos para o estudo das relações entre transferências culturais e as historiografias nacionais, portuguesa e espanhola, tanto na sua vertente galega como castelhana.

Recorreu-se, em suma, ao conceito de “Região”, como meio operativo para pensar uma parte da história de Portugal, admitindo que o conceito esteja dotado de uma grande abertura. O que nos motivou foi a possibilidade de olhar para o Portugal dos séculos XII ao XVII numa perspetiva relacional, em que entra, primeiro e prioritariamente, a Galiza e, depois, Castela, e através dela, a Península Ibérica. Tratou-se, portanto, de valorizar prioritariamente a dimensão contextual e, depois, o problema da escala ou do espaço.

